

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ  
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS  
RELATÓRIO DE PROCESSOS JULGADOS JUNHO/2019

**PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA**  
**PRIMEIRA TURMA JULGADORA DO CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS**

Sessão do dia 04 de Junho do ano 2.019

Acórdão e Ementa nº 087/2019

Conselheiro Relator: **Helenise A. Lara de Souza Ferreira**

Recorrente: **Distribuidora De Publicações e Impressos Cuiabá Ltda**

Recorrido: Secretaria Municipal de Fazenda - SMF

Recurso Voluntário nº: 095.403/2018 de 10/09/2018

Notificação Auto de Infração – Multa nº 2112/2017 – SMF - Valor: R\$ 21.075,70

**EMENTA**

RECURSO EM 2ª INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA. TRIBUTÁRIO. ISSQN. SERVIÇOS DE COLETA, REMESSA OU ENTREGA DE CORRESPONDÊNCIAS, DOCUMENTOS, OBJETOS, BENS OU VALORES, INCLUSIVE PELOS CORREIOS E SUAS AGÊNCIAS FRANQUEADAS. COURRIER E CONGÊNERES. ITEM 26, SUBITEM 26.01 DA LISTA DE SERVIÇOS DA LC 043/97-CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL. IMUNIDADE TRIBUTÁRIA. INAPLICABILIDADE. JURISPRUDÊNCIA PACÍFICA DO STJ. IMUNIDADE DO ART. 150, VI, “D”, NÃO ALCANÇA OS SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO DE LIVROS, JORNAIS E PERIÓDICOS. DECADÊNCIA PERÍODO DE MAIO/2012-NÃO OCORRÊNCIA. REGRA DO INCISO I DO ART. 173 DO CTN-SUMULA 555 DO STJ. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE. LEGITIMIDADE DOS ATOS ADMINISTRATIVOS. LEGISLAÇÃO E JURISPRUDÊNCIA. RATIFICAÇÃO DA DECISÃO DE 1ª INSTÂNCIA. NAI 2112/2017 MANTIDA.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Vitor de Oliveira Tavares, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso Voluntário, nos termos do voto do Conselheiro Relator, pela subsistência da NAI nº 2112/2017, **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com a Relatora os Conselheiros: 1.Divalmo Pereira Mendonça; 2. Péricles Baicere Schmidt; 3. Dauto Barbosa Castro Passare; 4. Samuel Barrem da Silva; 5. Marcelo Daubian Paes de Barros; e 6. Vitor de Oliveira Tavares

Presente no julgamento o Representante Fiscal do Município da 1ª Turma Julgadora, Dr. Edilson Rosendo da Silva

Cuiabá, 04 de Junho de 2.019

*Vitor de Oliveira Tavares*

Presidente da Turma  
Conselho de Recursos Fiscais

*Helenise A Lara de Souza Ferreira*

Conselheira Relatora

*Edilson Rosendo da Silva*

Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ  
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS  
RELATÓRIO DE PROCESSOS JULGADOS JUNHO/2019

**PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA**  
**PRIMEIRA TURMA JULGADORA DO CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS**

Sessão do dia 04 de Junho do ano 2.019

Acórdão e Ementa nº 088/2019

Conselheiro Relator: **Péricles Baicere Schimidt**

Recorrente: **Distribuidora De Publicações e Impressos Cuiabá Ltda**

Recorrido: Secretaria Municipal de Fazenda - SMF

Recurso Voluntário nº: 041.203/2017 de 12/04/2011

Notificação Auto de Infração – Multa nº 22/2017 – SMF - Valor: R\$ 1.251.500,20

**EMENTA**

RECURSO EM 2ª INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA. TRIBUTÁRIO. ISSQN. SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO DE LIVROS, JORNAIS, PERIÓDICOS E O PAPEL DESTINADO A SUA IMPRESSÃO. IMUNIDADE TRIBUTÁRIA. INAPLICABILIDADE. JURISPRUDÊNCIA PACÍFICA DO STJ. IMUNIDADE DO ART. 150, VI, “D”, NÃO ALCANÇA OS SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO DE LIVROS, JORNAIS E PERIÓDICOS. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE. LEGITIMIDADE DOS ATOS ADMINISTRATIVOS. LEGISLAÇÃO E JURISPRUDÊNCIA. RATIFICAÇÃO DA DECISÃO DE 1ª INSTÂNCIA. NAI 22/2017 MANTIDA.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Vitor de Oliveira Tavares, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso Voluntário, nos termos do voto do Conselheiro Relator, pela subsistência da NAI nº 2112/2017, **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com Relator os Conselheiros: 1.Divalmo Pereira Mendonça; 2. Helenise A.Lara de Souza Ferreira; 3. Dauto Barbosa Castro Passare; 4. Samuel Barrem da Silva; 5. Marcelo Daubian Paes de Barros; e 6. Vitor de Oliveira Tavares

Presente no julgamento o Representante Fiscal do Município da 1ª Turma Julgadora, Dr. Edilson Rosendo da Silva

Cuiabá, 04 de Junho de 2.019

*Vitor de Oliveira Tavares*  
Presidente da Turma  
Conselheiro de Recursos Fiscais

*Péricles Baicere Schimidt*  
Conselheiro Relator

*Edilson Rosendo da Silva*  
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ  
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS  
RELATÓRIO DE PROCESSOS JULGADOS JUNHO/2019

**PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA**  
**SEGUNDA TURMA JULGADORA DO CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS**

Sessão do dia 05 de Junho do ano 2.019

Acórdão e Ementa nº 089/2019

Conselheiro Relator: *Reginaldo Conceição Amorim*

Recorrente: **SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO - SEDUC**

Recorrido: Vigilância Sanitária – SMS

Recurso Voluntário Processo nº: 0.095.836/2018-1 de 11/09/2018

Auto de Infração de Transporte nº 340/2018 - SMS - Valor: R\$ 24.704,68

**EMENTA**

DECISÃO DE 2ª INTÂNCIA ADMINISTRATIVA. RECURSO VOLUNTÁRIO. MANUTENÇÃO DO AUTO DE INFRAÇÃO. REINCIDENTE. LEGALIDADE DA MULTA APLICADA. SOB ENFOQUE DA LEGISLAÇÃO SANITÁRIA. INFRAÇÃO AO ART. 755 § 2º, INC XXXIII DA LC Nº 004/92. ALTERADA PELA LEI 416/2006. RATIFICAÇÃO DA DECISÃO DE 1ª INSTÂNCIA. MULTA A SER RECOLHIDA COM AS COMINAÇÕES LEGAIS.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor João Tito S Cademartori Neto, na conformidade da ata de julgamento, **por maioria de votos**, em **conhecer e desprover** o Recurso Voluntário, nos termos do voto do Conselheiro Relator, pela subsistência do auto de infração nº 340/2018 **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Benedita Madaleno da Costa; 2. Marcel José Peres Lopes; 3. Allan Batista Camilo; 4. João Tito S Cademartori e 5. Benedito Oscar Fernandes de Campos.

Presente no julgamento o Representante Fiscal do Município da 2ª Turma Julgadora, Dra. Sônia Cristina M.de Oliveira Lelis.

Cuiabá, 05 de Junho de 2.019

*João Tito S. Cademartori Neto*  
Primeira da Turma  
Conselheiro de Recursos Fiscais

*Reginaldo Conceição Amorim*  
Conselheira Relator

*Sônia Cristina M. de Oliveira Lelis*  
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ  
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS  
RELATÓRIO DE PROCESSOS JULGADOS JUNHO/2019

**PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA**  
**PRIMEIRA TURMA JULGADORA DO CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS**

Sessão do dia 11 de Junho do ano 2.019

Acórdão e Ementa nº 090/2019

Conselheiro Relator: **Roberto Carloni de Assis**

Recorrente: **Banco do Brasil**

Recorrido: Secretaria Municipal de Fazenda - SMF

Recurso de Ofício nº: 072.116/2018 de 09/07/2018

Notificação Auto de Infração – Multa nº 1338/2017 – SMF - Valor: R\$ 1.266,94

**EMENTA**

RECURSO DE OFÍCIO . DECISÃO DE 2ª INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA. DIREITO TRIBUTÁRIO. IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA – ISSQN, SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA. ALEGAÇÃO DE PAGAMENTO, COMPROVAÇÃO TOTAL. PRINCÍPIO DA AUTOTUTELA. GERÊNCIA DA SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA/SMF E AUTORIDADES FISCAIS AUTUANTES COMPROVARAM RETENÇÃO E RECOLHIMENTO DO ISSQN DEVIDO. RECURSO DE OFÍCIO IMPROVIDO. RECURSO VOLUNTÁRIO PROVIDO. NAI CANCELADA.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Vitor de Oliveira Tavares, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso de Ofício, nos termos do voto do Conselheiro Relator, pela insubsistência da NAI nº 1338/2017, **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com a Relatora os Conselheiros: 1. Divalmo Pereira Mendonça; 2. Dauto Barbosa Castro Passare; 3. Samuel Barrem da Silva; 4. Marcelo Daubian Paes de Barros; 5. Helenise A Lara de Souza Ferreira e 6. Vitor de Oliveira Tavares.

Presente no julgamento o Representante Fiscal do Município da 1ª Turma Julgadora, Dr. Edilson Rosendo da Silva

Cuiabá, 11 de Junho de 2.019

*Vitor de Oliveira Tavares*  
Presidente da Turma

*Roberto Carloni de Assis*  
Conselheiro Relator

*Edilson Rosendo da Silva*  
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ  
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS  
RELATÓRIO DE PROCESSOS JULGADOS JUNHO/2019

**PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA**  
**SEGUNDA TURMA JULGADORA DO CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS**

Sessão do dia 12 de junho do ano 2.019

Acórdão e Ementa nº 091/2019

Conselheiro Relator: *Elías Correia Pedrozo*

Recorrente: **INTEGRAÇÃO TRANSPORTES LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso de Voluntário nº: 108.280/2018 de 16/10/2018

Auto de Infração – Multa nº 71885 - SEMOB - Valor: R\$ 250,00

**EMENTA**

DIREITO ADMINISTRATIVA MULTA TRANSPORTE COLETIVO DESCUMPRIMENTO DA LEI Nº 5.766/2013 - RECURSO AO EGREGIO CONSELHO - PRECLUSÃO DA NOTIFICAÇÃO NÃO CONFIRMADA - CONTRADITÓRIA E AMPLA DEFESA ASSEGURADA - PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE PRESENTES - NÃO CUMPRIMENTO DE HORÁRIO, MAS DESPROVIDO - MANUTENÇÃO PELA 1ª INSTÂNCIA - SUBSISTÊNCIA DO AUTO DE INFRAÇÃO Nº 71885

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros da segunda Turma do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor João Tito S Cademartori Neto, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e desprover** o Recurso Voluntário, nos termos do voto do Conselheiro Relator, pela subsistência do Auto de Infração nº 71885 **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Benedita Madaleno da Costa; 2. Marcel José Peres Lopes; 3. João Tito S Cademartori Neto; 4. Reginaldo da Conceição Amorim e 5. Benedito Oscar Fernandes de Campos

Presente no julgamento Representante Fiscal do Município da 2ª Turma Julgadora, Dr. Paulo Emilio Magalhães.

Cuiabá, 12 de junho de 2.019

*João Tito S Cademartori Neto*  
Presidente da Turma

*Elías Correia Pedrozo*  
Conselheiro Relator

*Paulo Emilio Magalhães*  
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ  
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS  
RELATÓRIO DE PROCESSOS JULGADOS JUNHO/2019

**PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA**  
**SEGUNDA TURMA JULGADORA DO CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS**

Sessão do dia 12 de junho do ano 2.019

Acórdão e Ementa nº 092/2019

Conselheiro Relator: *Elías Correia Pedrozo*

Recorrente: **INTEGRAÇÃO TRANSPORTES LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso de Voluntário nº: 108.278/2018 de 16/10/2018

Auto de Infração – Multa nº 71886 - SEMOB - Valor: R\$ 250,00

**EMENTA**

DIREITO ADMINISTRATIVA MULTA TRANSPORTE COLETIVO DESCUMPRIMENTO DA LEI Nº 5.766/2013 - RECURSO AO EGREGIO CONSELHO - PRECLUSÃO DA NOTIFICAÇÃO NÃO CONFIRMADA - CONTRADITÓRIA E AMPLA DEFESA ASSEGURADA - PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE PRESENTES - NÃO CUMPRIMENTO DE HORÁRIO, MAS DESPROVIDO - MANUTENÇÃO PELA 1ª INSTÂNCIA - SUBSISTÊNCIA DO AUTO DE INFRAÇÃO Nº 71886

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros da segunda Turma do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor João Tito S Cademartori Neto, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e desprover** o Recurso Voluntário, nos termos do voto do Conselheiro Relator, pela subsistência do Auto de Infração nº 71886 **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Benedita Madaleno da Costa; 2. Marcel José Peres Lopes; 3. João Tito S Cademartori Neto; 4. Reginaldo da Conceição Amorim e 5. Benedito Oscar Fernandes de Campos

Presente no julgamento Representante Fiscal do Município da 2ª Turma Julgadora, Dr. Paulo Emilio Magalhães.

Cuiabá, 12 de junho de 2.019

*João Tito S Cademartori Neto*  
Presidente da Turma  
Conselho de Recursos Fiscais

*Elías Correia Pedrozo*  
Conselheiro Relator

*Paulo Emilio Magalhães*  
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ  
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS  
RELATÓRIO DE PROCESSOS JULGADOS JUNHO/2019

**PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA**  
**SEGUNDA TURMA JULGADORA DO CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS**

Sessão do dia 12 de junho do ano 2.019

Acórdão e Ementa nº 093/2019

Conselheiro Relator: *Elías Correia Pedrozo*

Recorrente: **INTEGRAÇÃO TRANSPORTES LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso de Voluntário nº: 104.886/2018 de 04/10/2018

Auto de Infração – Multa nº 71880 - SEMOB - Valor: R\$ 826,00

**EMENTA**

DIREITO ADMINISTRATIVA MULTA TRANSPORTE COLETIVO DESCUMPRIMENTO DA LEI Nº 5.766/2013 - RECURSO AO EGREGIO CONSELHO - PRECLUSÃO DA NOTIFICAÇÃO NÃO CONFIRMADA - CONTRADITÓRIA E AMPLA DEFESA ASSEGURADA - PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE PRESENTES - NÃO CUMPRIMENTO DA NI 109379, MANUTENÇÃO DA FROTA, MAS DESPROVIDO - MANUTENÇÃO PELA 1ª INSTÂNCIA - SUBSISTÊNCIA DO AUTO DE INFRAÇÃO Nº 71880

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros da segunda Turma do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor João Tito S Cademartori Neto, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e desprover** o Recurso Voluntário, nos termos do voto do Conselheiro Relator, pela subsistência do Auto de Infração nº 71880 **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Benedita Madaleno da Costa; 2. Marcel José Peres Lopes; 3. João Tito S Cademartori Neto; 4. Reginaldo da Conceição Amorim e 5. Benedito Oscar Fernandes de Campos

Presente no julgamento Representante Fiscal do Município da 2ª Turma Julgadora, Dr. Paulo Emilio Magalhães.

Cuiabá, 12 de junho de 2.019

*João Tito S Cademartori Neto*  
Presidente da Turma  
Conselho de Recursos Fiscais

*Elías Correia Pedrozo*  
Conselheiro Relator

*Paulo Emilio Magalhães*  
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ  
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS  
RELATÓRIO DE PROCESSOS JULGADOS JUNHO/2019

**PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA**  
**SEGUNDA TURMA JULGADORA DO CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS**

Sessão do dia 12 de junho do ano 2.019

Acórdão e Ementa nº 094/2019

Conselheiro Relator: *Elías Correia Pedrozo*

Recorrente: **INTEGRAÇÃO TRANSPORTES LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso de Voluntário nº: 104.888/2018 de 04/10/2018

Auto de Infração – Multa nº 71879 - SEMOB - Valor: R\$ 826,00

**EMENTA**

DIREITO ADMINISTRATIVA MULTA TRANSPORTE COLETIVO DESCUMPRIMENTO DA LEI Nº 5.766/2013 - RECURSO AO EGREGIO CONSELHO - PRECLUSÃO DA NOTIFICAÇÃO NÃO CONFIRMADA - CONTRADITÓRIA E AMPLA DEFESA ASSEGURADA - PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE PRESENTES - NÃO CUMPRIMENTO DA NI 109379, MANUTENÇÃO DA FROTA, MAS DESPROVIDO - MANUTENÇÃO PELA 1ª INSTÂNCIA - SUBSISTÊNCIA DO AUTO DE INFRAÇÃO Nº 71879

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros da segunda Turma do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor João Tito S Cademartori Neto, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e desprover** o Recurso Voluntário, nos termos do voto do Conselheiro Relator, pela subsistência do Auto de Infração nº 71879 **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Benedita Madaleno da Costa; 2. Marcel José Peres Lopes; 3. João Tito S Cademartori Neto; 4. Reginaldo da Conceição Amorim e 5. Benedito Oscar Fernandes de Campos

Presente no julgamento Representante Fiscal do Município da 2ª Turma Julgadora, Dr. Paulo Emilio Magalhães.

Cuiabá, 12 de junho de 2.019

*João Tito S Cademartori Neto*  
Presidente da Turma  
Conselho de Recursos Fiscais

*Elías Correia Pedrozo*  
Conselheiro Relator

*Paulo Emilio Magalhães*  
Representante Fiscal do Município de Cuiabá



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ  
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS  
RELATÓRIO DE PROCESSOS JULGADOS JUNHO/2019

**PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA**  
**PRIMEIRA TURMA JULGADORA DO CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS**

Sessão do dia 18 de Junho do ano 2.019

Acórdão e Ementa nº 095/2019

Conselheiro Relator: **Roberto Carloni de Assis**

Recorrente: **Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A - Eletronorte**

Recorrido: Secretaria Municipal de Fazenda - SMF

Recurso de Ofício nº: 054.530/2018 de 21/05/2018

Notificação Auto de Infração – Multa nº 708/2018 – SMF - Valor: R\$ 11.870,37

**EMENTA**

RECURSO DE OFÍCIO. DECISÃO DE 2ª INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA. DIREITO TRIBUTÁRIO. IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA – ISSQN. SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA. SERVIÇOS ENQUADRADOS ITEM 4 DA LISTA DE SERVIÇOS DO ART.239 LC 043/97-CTM. ISSQN DEVIDO NO LOCAL DO ESTABELECIMENTO PRESTADOR. REGRA GERAL DE RECOLHIMENTO. PRESTADOR DE SERVIÇOS ESTABELECIDO EM CUIABÁ. ISSQN DEVIDO A CUIABÁ. NAI 708/2018 GERADA PARA TOMADOR ESTABELECIDO FORA DO MUNICÍPIO DE CUIABÁ NA QUALIDADE DE SUBSTITUTO TRIBUTÁRIO. IMPOSSIBILIDADE. ILEGALIDADE. ART.260-CTM. RECURSO IMPROVIDO. DECISÃO DE 1ª INSTÂNCIA MANTIDA. NAI CANCELADA.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Vitor de Oliveira Tavares, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso de Ofício, nos termos do voto do Conselheiro Relator, pela insubsistência da NAI nº 708/2018, **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com a Relatora os Conselheiros: 1.Divalmo Pereira Mendonça; 2. Dauto Barbosa Castro Passare; 3. Samuel Barrem da Silva; 4. Marcelo Daubian Paes de Barros; 5.Helenise A Lara de Souza Ferreira e 6. Vitor de Oliveira Tavares.

Presente no julgamento o Representante Fiscal do Município da 1ª Turma Julgadora, Dr. Edilson Rosendo da Silva

Cuiabá, 18 de Junho de 2.019

*Vitor de Oliveira Tavares*  
Presidente da Turma  
Conselho de Recursos Fiscais

*Roberto Carloni de Assis*  
Conselheiro Relator

*Edilson Rosendo da Silva*  
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ  
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS  
RELATÓRIO DE PROCESSOS JULGADOS JUNHO/2019

**PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA**  
**SEGUNDA TURMA JULGADORA DO CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS**

Sessão do dia 19 de junho do ano 2.019

Acórdão e Ementa nº 096/2019

Conselheiro Relator: *Benedito Oscar Fernandes de Campos*

Recorrente: **INTEGRAÇÃO TRANSPORTES LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso de Voluntário nº: 117.476/2018 de 08/11/2018

Auto de Infração – Multa nº 71577 - SEMOB - Valor: R\$ 826,00

**EMENTA**

DIREITO ADMINISTRATIVO – MULTA TRANSPORTE ALTERNATIVO LEI Nº 5.766/2013 – RECURSO VOLUNTÁRIO – CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA ASSEGURADOS – PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE PRESENTES – RECURSOS RECONHECIDO E DESPROVIDO – MANUTENÇÃO DA DECISÃO DE 1ª INSTÂNCIA – SUBSISTÊNCIA DO AUTO DE INFRAÇÃO Nº 71577. Requisitos de existência e validade do Auto de Infração presentes; Preliminares não ofertados; Mérito não comprovado e desconexo; Recorrente não comprovou de forma efetiva a mudança da realidade fática alegada, já que não trouxe fatos novos e concretos com provas robustas das afirmações alegadas, capazes de modificar e principalmente justificar a impossibilidade de cumprir as determinações do Transporte Coletivo; aplicação de penalidade imposta R\$ 826,00 (oitocentos e vinte e seis reais) é proporcional ao dano causado, tendo como vínculo de caráter educativo, sem infringir o princípio da legalidade; Recurso reconhecido e negado provimento, mantendo inalterada a decisão de 1ª Instância e consequente a subsistência do Auto de Infração nº 71577

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros da segunda Turma do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor João Tito S Cademartori Neto, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e desprover** o Recurso Voluntário, nos termos do voto do Conselheiro Relator, pela subsistência do Auto de Infração nº 71577 **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Benedita Madaleno da Costa; 2. Marcel José Peres Lopes; 3. João Tito S Cademartori Neto; 4. Reginaldo da Conceição Amorim e 5. Elias Correia de Campos.

Presente no julgamento Representante Fiscal do Município da 2ª Turma Julgadora, Dra. Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis

Cuiabá, 19 de junho de 2.019

*João Tito S Cademartori Neto*  
Presidente da Turma  
Conselho de Recursos Fiscais

*Benedito Oscar Fernandes de Campos*  
Conselheiro Relator

*Sônia Cristina M. de Oliveira Lelis*  
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ  
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS  
RELATÓRIO DE PROCESSOS JULGADOS JUNHO/2019

**PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA**  
**SEGUNDA TURMA JULGADORA DO CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS**

Sessão do dia 19 de junho do ano 2.019

Acórdão e Ementa nº 097/2019

Conselheiro Relator: *Benedito Oscar Fernandes de Campos*

Recorrente: **INTEGRAÇÃO TRANSPORTES LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso de Voluntário nº: 117.479/2018 de 08/11 /2018

Auto de Infração – Multa nº 71578 - SEMOB - Valor: 5 UPF

**EMENTA**

DIREITO ADMINISTRATIVO – MULTA TRANSPORTE COLETIVO LEI Nº 1.789/1981 – RECURSO VOLUNTÁRIO – CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA ASSEGURADOS – PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE PRESENTES – BIS IN IDEM – NÃO CONFIGURADO – RECURSO RECONHECIDO E DESPROVIDO – MANUTENÇÃO DA DECISÃO DE 1ª INSTÂNCIA – SUBSISTÊNCIA DO AUTO DE INFRAÇÃO Nº 71578. Requisitos de existência e validade do Auto de Infração presentes; Preliminares não ofertadas; Mérito não comprovado, ausência de prova suficiente a demonstrar de maneira clarividente que o veículo possuía condições ideais para circulação conforme preconiza a legislação; Aplicação de penalidade imposta 5 UPF (cinco UPF) é proporcional ao dano causado, tendo como vínculo de caráter educativo, sem infringir o princípio da legalidade; Não vislumbrada caracterização bis in idem em notificação sem valor pecuniário e o Auto de Infração em comento; Recurso reconhecido e negado provimento, mantendo inalterada a decisão de 1ª Instância e consequente a subsistência do Auto de Infração nº 71578

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros da segunda Turma do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor João Tito S Cademartori Neto, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e desprover** o Recurso Voluntário, nos termos do voto do Conselheiro Relator, pela subsistência do Auto de Infração nº 71578 **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Benedita Madaleno da Costa; 2. Marcel José Peres Lopes; 3. João Tito S Cademartori Neto; 4. Reginaldo da Conceição Amorim e 5. Elias Correia de Campos.

Presente no julgamento Representante Fiscal do Município da 2ª Turma Julgadora, Dra. Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis.

Cuiabá, 19 de junho de 2.019

*João Tito S Cademartori Neto*  
**Campos**

Presidente da Turma  
Conselho de Recursos Fiscais

*Benedito Oscar Fernandes de*

Conselheiro Relator

*Sônia Cristina M. de Oliveira Lelis*  
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ  
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS  
RELATÓRIO DE PROCESSOS JULGADOS JUNHO/2019

**PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA**  
**SEGUNDA TURMA JULGADORA DO CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS**

Sessão do dia 19 de junho do ano 2.019

Acórdão e Ementa nº 098/2019

Conselheiro Relator: *Benedito Oscar Fernandes de Campos*

Recorrente: **INTEGRAÇÃO TRANSPORTES LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso de Voluntário nº: 117.485/2018 de 08/11/2018

Auto de Infração – Multa nº 71486 - SEMOB - Valor: 50 UFIR's

**EMENTA**

DIREITO ADMINISTRATIVO – MULTA TRANSPORTE COLETIVO LEI Nº 4.406/2003 – RECURSO VOLUNTÁRIO – CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA ASSEGURADOS – PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE PRESENTES – BIS IN IDEM – NÃO CONFIGURADO – RECURSO RECONHECIDO E DESPROVIDO – MANUTENÇÃO DA DECISÃO DE 1ª INSTÂNCIA – SUBSISTÊNCIA DO AUTO DE INFRAÇÃO Nº 71486. Requisitos de existência e validade do Auto de Infração presentes; Preliminares não ofertadas; Mérito não comprovado, ausência de prova suficiente a demonstrar de maneira clarividente que o veículo possuía a fixação do itinerário das linhas nas laterais do veículo conforme preconiza a legislação; Aplicação de penalidade imposta 50 UFIR's (cinquenta UFIR's) é proporcional ao dano causado, tendo como vínculo de caráter educativo, sem infringir o princípio da legalidade; Não vislumbrada caracterização bis in idem em dias diferentes; Recurso reconhecido e negado provimento, mantendo inalterada a decisão de 1ª Instância e consequente a subsistência do Auto de Infração nº 71486

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros da segunda Turma do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor João Tito S Cademartori Neto, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e desprover** o Recurso Voluntário, nos termos do voto do Conselheiro Relator, pela subsistência do Auto de Infração nº 71486 **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Benedita Madaleno da Costa; 2. Marcel José Peres Lopes; 3. João Tito S Cademartori Neto; 4. Reginaldo da Conceição Amorim e 5. Elias Correia de Campos.

Presente no julgamento Representante Fiscal do Município da 2ª Turma Julgadora, Dra. Sônia Cristina M de Oliveira Lelis

Cuiabá, 19 de junho de 2.019

*João Tito S Cademartori Neto*  
*Campos*

Presidente da Turma  
Conselho de Recursos Fiscais

*Benedito Oscar Fernandes de*

Conselheiro Relator

*Sônia Cristina M. de Oliveira Lelis*

Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ  
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS  
RELATÓRIO DE PROCESSOS JULGADOS JUNHO/2019

**PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA**  
**SEGUNDA TURMA JULGADORA DO CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS**

Sessão do dia 19 de junho do ano 2.019

Acórdão e Ementa nº 099/2019

Conselheiro Relator: *Elías Correia Pedrozo*

Recorrente: **DIMANO CONSTRUTORA LTDA**

Recorrido: Secretaria Municipal de Fazenda – SMF

Recurso de Ofício nº: 042.100/2018 de 20/04/2018

Notificação Auto de Infração – Multa nº 3859/2017 - SMF - Valor: 242.644,61

**EMENTA**

DECISÃO DE 2ª INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA, IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA – ISSQN, EMISSÃO DE NFs. AUSÊNCIA DE RECOLHIMENTO. NOTIFICAÇÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO – NAI 3859/2017. DÉBITO OBJETO DE PARCELAMENTO INADIMPLIDO. INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros da segunda Turma do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor João Tito S Cademartori Neto, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e prover** o Recurso de Ofício, nos termos do voto do Conselheiro Relator, pela insubsistência da NAI nº 3859/2017 **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Benedita Madaleno da Costa; 2. Marcel José Peres Lopes; 3. João Tito S Cademartori Neto; 4. Reginaldo da Conceição Amorim e 5. Benedito Oscar Fernandes de Campos.

Presente no julgamento Representante Fiscal do Município da 2ª Turma Julgadora, Dra. Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis.

Cuiabá, 19 de junho de 2.019

*João Tito S Cademartori Neto*  
Presidente da Turma  
Conselho de Recursos Fiscais

*Elías Correia Pedrozo*  
Conselheiro Relator

*Sônia Cristina M. de Oliveira Lelis*  
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ**  
**CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS**  
**RELATÓRIO DE PROCESSOS JULGADOS JUNHO/2019**

**PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA**  
**PRIMEIRA TURMA JULGADORA DO CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS**

Sessão do dia 25 de Junho do ano 2.019

Acórdão e Ementa nº 100/2019

Conselheiro Relator: **Dauto Barbosa Castro Passare**

Recorrente: **Expresso Norte Sul Transportes Urbanos Ltda**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SMOB

Recurso Voluntário nº: 096.608/2018 de 12/09/2018

Notificação Auto de Infração – Multa nº 1160 – SMOB - Valor: 50 UFIR's

**EMENTA**

CONSELHO DE RECURSO FISCAL – PROCESSO ADMINISTRATIVO- INTEMPESTIVIDADE VERIFICADA-NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO. 1)- O artigo 13, da Lei Municipal nº 5.766, de 20 de dezembro de 2013, é taxativo ao dispor que “Da decisão prolatada pela Autoridade de Transportes que reconhecer o cometimento da infração, com aplicação da penalidade de multa, caberá recurso com efeito suspensivo ao Conselho de Recursos Fiscais do Município, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de recebimento da decisão”. No presente caso, a recorrente foi devidamente intimada da decisão de 1ª instância em data de 29.11.2018, conforme faz prova notificação constante dos autos. Sendo que a recorrente interpôs o presente recurso somente em data de 02.01.2019, isto é, 01 (um), dia após o término de seu prazo. Assim, intempestivo o recurso administrativo interposto pela recorrente, devendo ser considerado com não apresentado. Desta forma, tendo que o recurso interposto 01 (um), dia após o término do prazo, forçoso reconhecer a intempestividade. 2)- Ad argumentandum, esclareço que, ainda que o recurso fosse tempestivo e, dessa forma, passível de conhecimento por este Colegiado, as razões expostas pelo recorrente não mereceriam prosperar. 3)- Em nenhum momento o recorrente contestou especificamente o objeto da autuação que decorreu da “ausência de placa de itinerário” no veículo autuado, limitando-se a dizer que “todos os veículos da autuada possuem sim todos os equipamentos e acessórios obrigatórios à espécie, particularmente os vidros, e, em particular o veículo objeto do auto de infração”. 4)- Também não procede ao esforço em sustentar inexistência de indicação do local da infração, porquanto no auto consta o local da infração a “Estação Alencastro/Centro”, às 17h05m. 5)- Por fim, a legislação não exige a presença de testemunhas no ato da lavratura do auto (art. 9º, da Lei nº 5766/2013), restando claro que tal argumento não mereceria prosperar. Recurso não conhecido.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Vitor de Oliveira Tavares, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso Voluntário, nos termos do voto do Conselheiro Relator, pela subsistência do Auto de Infração nº 1160, **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com a Relatora os Conselheiros: 1.Divalmo Pereira Mendonça; 2. Roberto Carloni; 3. Nicolau Jorge Budib; 4. Marcelo Daubian Paes de Barros; 5.Helenise A Lara de Souza Ferreira e 6. Vitor de Oliveira Tavares.

Presente no julgamento o Representante Fiscal do Município da 1ª Turma Julgadora, Dr. Edilson Rosendo da Silva

Cuiabá, 25 de Junho de 2.019

*Vitor de Oliveira Tavares*  
Presidente da Turma  
Conselho de Recursos Fiscais

*Dauto Barbosa Castro Passare*  
Conselheiro Relator

*Edilson Rosendo da Silva*  
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

*PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ  
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS  
RELATÓRIO DE PROCESSOS JULGADOS JUNHO/2019*

**PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA**  
**PRIMEIRA TURMA JULGADORA DO CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS**

Sessão do dia 25 de Junho do ano 2.019  
Acórdão e Ementa nº 101/2019  
Conselheiro Relator: **Dauto Barbosa Castro Passare**  
Recorrente: **Expresso Norte Sul Transportes Urbanos Ltda**  
Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá - SEMOB  
Recurso Voluntário nº: 108.295/2018 de 16/10/2018  
Auto de Infração – Multa nº 71633 – SEMB - Valor: 10 UPF's

**EMENTA**

CONSELHO DE RECURSO FISCAL – PROCESSO ADMINISTRATIVO- PARADA DE ÔNIBUS FORA DO PONTO DE EMBARQUE/DESEMBARQUE – INFRAÇÃO MANTIDA. 1)- De início, observe-se que o recurso não ataca especificamente os fundamentos da decisão de primeira instância, o que por si só já refuta a tese da recorrente. Nas razões recursais, a recorrente não rebate as razões expostas na decisão, limitando-se a discorrer sobre questões dissociadas à decisão de primeira instância. Fato é que a recorrente não nega que houve alteração de parada de embarque/desembarque, antes, arrazoa que a alteração de parada fora do local de desembarque se deu para atender o Estatuto do Idoso. 2)- A prestação do serviço em questão é direcionada à população e não apenas a um único ou a um grupo de usuários Idosos, sendo certo que a alteração do ponto de parada trouxe riscos aos idosos e aos usuários em geral. De tal sorte, não ter verificada a existência de motivos para a alteração de ponto de embarque/desembarque pela recorrente, não havendo que se falar que “foi o caso de permitir o acesso de passageiro idoso”. 3)- Semelhantemente, não procede a argumentação de que a autuação não obedeceu à gradação legal, isto é, ter primeiramente a aplicação da pena de advertência, antes da multa, eis que, por primeiro, por se tratar de delegação de serviço público, onde a empresa autuada, de antemão, detinha ciência do local de embarque e desembarque de passageiros. Ademais, por inexistir dispositivo legal que determine primeiramente a aplicação de advertência formal, além do que, o artigo 1º do Decreto nº 5.766/2013, dispõe claramente que as penalidades poderão ser aplicadas separadas ou cumulativamente. 4)- Por fim, há de se observar ainda que é ônus do recorrente, diga-se autuado, comprovar que “que a Estação Alencastro não está planejada para atender plenamente os usuários do sistema de transporte municipal”, visto que o agente fiscal possui fé pública. Logo deveria o recorrente ter produzido prova de que a “Estação Alencastro” impossibilita a adequada parada de veículo no local de embarque e desembarque. Recurso conhecido e não provido.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ  
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS  
RELATÓRIO DE PROCESSOS JULGADOS JUNHO/2019

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Vitor de Oliveira Tavares, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso Voluntário, nos termos do voto do Conselheiro Relator, pela subsistência do Auto de Infração nº 71633/2017, **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com a Relatora os Conselheiros: 1.Divalmo Pereira Mendonça; 2. Roberto Carloni de Assis; 3. Nicolau Jorge Budib; 4. Marcelo Daubian Paes de Barros; 5.Helenise A Lara de Souza Ferreira e 6. Vitor de Oliveira Tavares.

Presente no julgamento o Representante Fiscal do Município da 1ª Turma Julgadora, Dr. Edilson Rosendo da Silva

Cuiabá, 25 de Junho de 2.019

*Vitor de Oliveira Tavares*  
Presidente da Turma  
Conselho de Recursos Fiscais

*Dauto Barbosa Castro Passsare*  
Conselheiro Relator

*Edilson Rosendo da Silva*  
Representante Fiscal do Município de Cuiabá



*PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ  
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS  
RELATÓRIO DE PROCESSOS JULGADOS JUNHO/2019*

**PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA**  
**PRIMEIRA TURMA JULGADORA DO CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS**

Sessão do dia 25 de Junho do ano 2.019

Acórdão e Ementa nº 102/2019

Conselheiro Relator: **Dauto Barbosa Castro Passare**

Recorrente: **Expresso Norte Sul Transportes Urbanos Ltyda**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá - SEMOB

Recurso Voluntário nº: 096.595/2018 de 12/09/2018

Auto de Infração – Multa nº 71503 – SEMOB - Valor: R\$ 5.000,00

**EMENTA**

CONSELHO DE RECURSO FISCAL – PROCESSO ADMINISTRATIVO-INTEMPESTIVIDADE VERIFICADA-NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO. 1)- O artigo 13, da Lei Municipal nº 5.766, de 20 de dezembro de 2013, é taxativo ao dispor que “Da decisão prolatada pela Autoridade de Transportes que reconhecer o cometimento da infração, com aplicação da penalidade de multa, caberá recurso com efeito suspensivo ao Conselho de Recursos Fiscais do Município, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de recebimento da decisão”. No presente caso, a recorrente foi devidamente intimada da decisão de 1ª instância em data de 29.11.2018, conforme faz prova notificação constante dos autos. Sendo que a recorrente interpôs o presente recurso somente em data de 02.01.2019, isto é, 01 (um), dia após o término de seu prazo. Assim, intempestivo o recurso administrativo interposto pela recorrente, devendo ser considerado com não apresentado. Desta forma, tendo que o recurso interposto 01 (um), dia após o término do prazo, forçoso reconhecer a intempestividade. 2)- Ad argumentandum, esclareço que, ainda que o recurso fosse tempestivo e, dessa forma, passível de conhecimento por este Colegiado, as razões expostas pelo recorrente não mereceriam prosperar. 3)- Não há que se falar em preliminar de nulidade do auto por ausência de descrição detalhada da conduta praticada, porquanto constou no auto que “Veículo autuado e lacrado sob nº 453-B, por estar circulando com elevador inoperante, impedindo, inclusive o fechamento das portas”. 4)- Também não procede ao esforço em sustentar ausência de indicação detalhada do local da falha do mecanismo, porquanto permite concluir o detalhamento, consoante leitura que se faz do auto “elevador inoperante, impedindo, inclusive o fechamento das portas”. 5)- Ainda, não procede à argumentação de que a recorrente não dispôs de veículo com falhas em itens e/ou equipamentos de segurança, bem como de que a “Estação Alencastro” não foi totalmente adaptada para atender “Cadeirantes”, vez que a recorrente ateuve-se a alegar, sem que produzisse prova de seu alegado. Por fim, quanto ao enquadramento e a aplicação de multa, frise-se que a tipificação administrativa a ser considerada no presente caso, é aquela prevista no artigo 1º e 2ª da Lei nº 6131/2016, conforme constou do auto, qual seja, circulação de veículo com elevador inoperante, impedindo o fechamento das portas. Portanto, trata-se de norma específica, que dispõe sobre proibição de circulação de ônibus e micro-ônibus com plataforma elevatória de embarque e desembarque defeituosa. E a referida norma, em seu artigo 2ª, bem dispõe sobre a multa, fixando de forma expressa a sua quantificação, que no caso ficou estabelecida no valor correspondente a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais). Recurso não conhecido.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ  
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS  
RELATÓRIO DE PROCESSOS JULGADOS JUNHO/2019

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Vitor de Oliveira Tavares, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso Voluntário, nos termos do voto do Conselheiro Relator, pela subsistência do Auto de Infração nº 71503, **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com a Relatora os Conselheiros: 1. Divalmo Pereira Mendonça; 2. Dauto Barbosa Castro Passare; 3. Roberto Carloni de Assis; 4. Marcelo Daubian Paes de Barros; 5. Helenise A Lara de Souza Ferreira e 6. Vitor de Oliveira Tavares.

Presente no julgamento o Representante Fiscal do Município da 1ª Turma Julgadora, Dr. Edilson Rosendo da Silva

Cuiabá, 25 de Junho de 2.019

*Vitor de Oliveira Tavares*  
Presidente da Turma  
Conselho de Recursos Fiscais

*Dauto Barbosa Castro Passare*  
Conselheiro Relator

*Edilson Rosendo da Silva*  
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

*PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ  
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS  
RELATÓRIO DE PROCESSOS JULGADOS JUNHO/2019*

**PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA**  
**PRIMEIRA TURMA JULGADORA DO CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS**

Sessão do dia 25 de Junho do ano 2.019

Acórdão e Ementa nº 103/2019

Conselheiro Relator: **Dauto Barbosa Castro Passare**

Recorrente: **Expresso Norte Sul Transportes Urbanos Ltda**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Municipal - SEMOB

Recurso de Ofício nº: 108.292/2018 de 16/10/2018

Auto de Infração – Multa nº 71643 – SEMOB - Valor: 10 UPF's

**EMENTA**

CONSELHO DE RECURSO FISCAL – PROCESSO ADMINISTRATIVO- PARADA DE ÔNIBUS FORA DO PONTO DE EMBARQUE/DESEMBARQUE – INFRAÇÃO MANTIDA. 1)- De início, observe-se que o recurso não ataca especificamente os fundamentos da decisão de primeira instância, o que por si só já refuta a tese da recorrente. Nas razões recursais, a recorrente não rebate as razões expostas na decisão, limitando-se a discorrer sobre questões dissociadas à decisão de primeira instância. Fato é que a recorrente não nega que houve alteração de parada de embarque/desembarque, antes, arrazoa que a alteração de parada fora do local de desembarque se deu para atender o Estatuto do Idoso. 2)- A prestação do serviço em questão é direcionada à população e não apenas a um único ou a um grupo de usuários Idosos, sendo certo que a alteração do ponto de parada trouxe riscos aos idosos e aos usuários em geral. De tal sorte, não ter verificada a existência de motivos para a alteração de ponto de embarque/desembarque pela recorrente, não havendo que se falar que “foi o caso de permitir o acesso de passageiro idoso”. 3)- Semelhantemente, não procede a argumentação de que a autuação não obedeceu à gradação legal, isto é, ter primeiramente a aplicação da pena de advertência, antes da multa, eis que, por primeiro, por se tratar de delegação de serviço público, onde a empresa autuada, de antemão, detinha ciência do local de embarque e desembarque de passageiros. Ademais, por inexistir dispositivo legal que determine primeiramente a aplicação de advertência formal, além do que, o artigo 1º do Decreto nº 5.766/2013, dispõe claramente que as penalidades poderão ser aplicadas separadas ou cumulativamente. 4)- Por fim, há de se observar ainda que é ônus do recorrente, diga-se autuado, comprovar que “que a Estação Alencastro não está planejada para atender plenamente os usuários do sistema de transporte municipal”, visto que o agente fiscal possui fé pública. Logo deveria o recorrente ter produzido prova de que a “Estação Alencastro” impossibilita a adequada parada de veículo no local de embarque e desembarque. Recurso conhecido e não provido.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ  
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS  
RELATÓRIO DE PROCESSOS JULGADOS JUNHO/2019

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Vitor de Oliveira Tavares, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso Voluntário, nos termos do voto do Conselheiro Relator, pela subsistência do Auto de Infração nº 71643, **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com a Relatora os Conselheiros: 1.Divalmo Pereira Mendonça; 2. Roberto Carloni de Assis; 3. Nicolau Jorge Budib; 4. Marcelo Daubian Paes de Barros; 5.Helenise A Lara de Souza Ferreira e 6. Vitor de Oliveira Tavares.

Presente no julgamento o Representante Fiscal do Município da 1ª Turma Julgadora, Dr. Edilson Rosendo da Silva

Cuiabá, 25 de Junho de 2.019

*Vitor de Oliveira Tavares*

Presidente da Turma  
Conselho de Recursos Fiscais

*Dauto Barbosa Castro Passare*

Conselheiro Relator

*Edilson Rosendo da Silva*

Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ  
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS  
RELATÓRIO DE PROCESSOS JULGADOS JUNHO/2019

**PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA**  
**SEGUNDA TURMA JULGADORA DO CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS**

Sessão do dia 26 de junho do ano 2.019

Acórdão e Ementa nº 104/2019

Conselheiro Relator: *João Tito Schenini Cademartori Neto*

Recorrente: **BRADESCO AUTO RE CIA DE SEGUROS**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Fazenda – SMF

Recurso de Ofício nº: 101.281/2018 de 26/09/2018

Notificação Auto de Infração – Multa nº 2166 - SMF - Valor: R\$ 32.324,88

**EMENTA**

DIREITO ADMINISTRATIVO – AUTO DE INFRAÇÃO – ISSQN – RECURSO DE OFÍCIO – SERVIÇOS OBJETO DO AUTO DE INFRAÇÃO QUE NÃO FORAM PERFECTIBILIZADOS – DECISÃO SINGULAR INTOCADA – RECURSO DE OFÍCIO DESPROVIDO – Se confirmado que serviços não foram concretizados não há se falar em cobrança do ISS, uma vez que inexistente o fato gerador. Recurso de Ofício desprovido.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros da segunda Turma do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, neste Ato Representado pelo Conselheiro Elias Correia Pedrozo, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e desprover** o Recurso de Ofício, nos termos do voto do Conselheiro Relator, pela subsistência da Notificação Auto de Infração nº 2166 **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Benedita Madaleno da Costa; 2. Jaime Marcelino Ferreira Junior; 3. Reginaldo da Conceição Amorim; 4. Onofre Russo Filho e 5. Elias Correia Pedrozo.

Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 2ª Turma Julgadora, Dra. Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis.

Cuiabá, 26 de junho de 2.019

*Elias Correia Pedrozo*  
Conselho de Recursos Fiscais

*João Tito S Cademartori Neto*  
Conselheiro Relator

*Sônia Cristina M. de Oliveira Lelis*

Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ  
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS  
RELATÓRIO DE PROCESSOS JULGADOS JUNHO/2019

**PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA**  
**SEGUNDA TURMA JULGADORA DO CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS**

Sessão do dia 26 de junho do ano 2.019

Acórdão e Ementa nº 105/2019

Conselheiro Relator: *João Tito Schenini Cademartori Neto*

Recorrente: **BANCO DO BRASIL S.A**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Fazenda – SMF

Recurso de Voluntário nº: 035.679/2018 de 10/04/2018

Notificação Auto de Infração – Multa nº 5420 - SMF - Valor: R\$ 126.571,09

**EMENTA**

DIREITO ADMINISTRATIVO – AUTO DE INFRAÇÃO – AUSÊNCIA DE RECOLHIMENTO DE ISSQN – INTERPOSIÇÃO DA IRRESIGNAÇÃO FORA DO PRAZO PREVISTO NO ARTIGO 61, DO REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS – RECURSO NÃO CONHECIDO. Não merece ser conhecido o recurso que é interposto fora do prazo fixado na notificação da decisão de julgamento de primeira instância. No presente caso, o recurso foi protocolizado 18(dezoito) dias após o recebimento do aviso de recebimento, acarretando no inevitável reconhecimento de intempestividade.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros da segunda Turma do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, neste Ato Representado pelo Conselheiro Elias Correia Pedrozo, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e desprover** o Recurso Voluntário, nos termos do voto do Conselheiro Relator, pela subsistência da Notificação Auto de Infração nº 5420 **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Benedita Madaleno da Costa; 2. Jaime Marcelino Ferreira Junior; 3. Reginaldo da Conceição Amorim; 4. Onofre Russo Filho e 5. Elias Correia Pedroso.

Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 2ª Turma Julgadora, Dra. Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis.

Cuiabá, 26 de junho de 2.019

*Elias Correia Pedrozo*  
Conselho de Recursos Fiscais

*João Tito S Cademartori Neto*  
Conselheiro Relator

*Sônia Cristina M. de Oliveira Lelis*  
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

